2011, bem como na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta n.º OE201107/0246, no jornal "Diário de Notícias", do dia 19 de Julho de 2011, bem como no site oficial deste Instituto.

Para preparação dos temas objecto de avaliação na prova de conhecimentos aconselha-se a seguinte legislação:

Constituição da República Portuguesa, Parte III — Organização do poder político, Título IX — Administração Pública;

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 Novembro com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação 265/91, de 31 Dezembro; pela Declaração de Rectificação 22-A/92, de 29 Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 Janeiro e pelo Acórdão TC 118/97, de 24 Abril;

Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro;

Despacho Normativo n.º 35/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 139, de 21 de Julho de 2008, rectificado pela Rectificação n.º 1826/2008, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 156, de 13 de Agosto de 2008;

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, publicada no *Diário da República,* 1.ª série, n.º 81, de 24 de Abril de 2008, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, n.º 34/2010, de 2 de Setembro e n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro;

Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de Novembro;

Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro;

Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Regulamento n.º 134/2007, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 121, de 26 de Junho de 2007, com as alterações introduzidas pela deliberação n.º 736/2008, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 52, de 13 de Março de 2008 e pelo Despacho n.º 23771/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 182, de 19 de Setembro de 2008 (que o republica);

Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho (que o republica) e pelo Decreto -Lei n.º 230/2009, de 14 de Setembro, este rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 81/2009, publicada no *Diário da República,* 1.ª série, n.º 208, de 27 de Outubro de 2009;

Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto;

Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro;

Regulamento n.º 504/2009, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2009;

Regulamento n.º 869/2010, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 233, de 2 de Dezembro de 2010;

Deliberação n.º 3348/2009, publicada *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2009;

Deliberação n.º 808/2010, publicada *Diário da República,* 2.ª série, n.º 85, de 3 de Maio de 2010;~

Deliberação n.º 1631/2010, publicada *Diário da República,* 2.ª série, n.º 178, de 13 de Setembro de 2010;

Deliberação n.º 518/2011, publicada *Diário da República,* 2.ª série, n.º 36, de 21 de Fevereiro de 2011;

Deliberação n.º 1097/2011, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 85, de 3 de Maio de 2011;

Despacho n.º 69/2008, de 4 de Setembro (disponível na página electrónica do Instituto Politécnico de Leiria);

Regulamento n.º 269/2009, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 125, em 1 de Julho de 2009;

Regulamento n.º 76/2010, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 23, em 3 de Fevereiro de 2010;

Regulamento n.º 16/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 58, em 22 de Março de 2006;

Decreto -Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, alterado pelo Decreto -Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho;

Regulamento n.º 504/2009 — divulgado inicialmente como Regulamento n.º 1/2009 (disponível na página electrónica da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES));

Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelas Declarações de Rectificação n.º 3/2008 e n.º 5-A/2008, respectivamente de 30 de Janeiro e 8 de Fevereiro e pelos Decretos Regulamentares n.º 13/2008 e n.º 4/2010, respectivamente de 18 de Junho e 15 de Outubro;

Despacho normativo n.º 4-A/2008, de 24 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelos despachos normativos n.º 12/2009, de 17 de Março, 12/2010, de 21 de Maio e n.º 2/2011, de 11 de Fevereiro de 2011;

Decreto-Lei n.º 95/97, de 23 de Abril;

Decreto-Lei n.º 249/92, de 9 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 60/93, de 20 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 274/94, de 28 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 207/96, de 2 de Novembro.

Para preparação dos temas objecto de avaliação na prova de conhecimentos aconselha-se a seguinte bibliografia:

Azevedo, A. (2007), Administração Pública. Modernização administrativa. Gestão e melhoria dos processos administrativos CAF e SIADAP. Porto: Vida Económica.

Oliveira, M. E., Gonçalves, P.C., & Amorim, J. P. (2007). Código do Procedimento administrativo. Coimbra: Livraria Almedina (2.ª Edição — 7.ª Reimpressão da Edição de 1997). Arnheim, R. (1997). Arte e percepção visual. São Paulo: Pioneira/EDUSP;

Guiões e Procedimentos — Acreditação Prévia de Novos Ciclos de Estudos, Acreditação Preliminar de Ciclos de Estudos em Funcionamento e Avaliação de Ciclos de Estudos em Funcionamento (disponíveis na página electrónica da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES));

Normas para a Avaliação Externa (disponível na página electrónica da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)).

Regulamentação Especifica sobre o Programa Operacional Temático Potencial Humano (disponível na página electrónica do QREN).

Regulamento específico para acreditação e creditação de ações de formação nas várias modalidades de formação (disponível na página electrónica do Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC)).

28 de Julho de 2011. — O Presidente, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

204970933

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Aviso n.º 15326/2011

Torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação, com efeitos a partir de 01/07/2011, o seguinte trabalhador:

Fernando Coelho Silva, equiparado a professor adjunto, do ensino superior politécnico, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, posicionado no escalão 1, índice 185.

19 de Julho de 2011. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves*.

204966787

Despacho (extracto) n.º 9677/2011

Por despacho de 29 de Setembro de 2010 do Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Aníbal Jorge da Costa Cristóvão Caiado, professor adjunto, da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a licença sem remuneração, nos termos do n.º 1 do artigo 234.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, no período de 1 de Outubro de 2010 a 30 de Setembro de 2011.

19 de Julho de 2011. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves*.

204966649

SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Aviso n.º 15327/2011

Nos termos do n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna -se público que por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Bragança de 25 de Julho de 2011, foi determinada a anulação do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 24866/2010, publicado no D.R. n.º 232 — 2.ª série, de 30 de Novembro, considerando a alteração das circunstâncias que justificaram a abertura do procedimento e que inexiste a ordenação final dos candidatos.

27 de Julho de 2011. — O Administrador, *Osvaldo Adérito Régua*.

204967531